

O pior cego

Rogério L. Furquim Werneck*

Não é só a economia brasileira que se defronta com a necessidade de um ajuste fiscal de longo prazo. Ainda que por razões distintas, muitas das principais economias desenvolvidas vêm-se hoje diante do desafio de viabilizar ajustes estruturais importantes nas suas contas públicas, com a adoção de medidas politicamente espinhosas, cuja negociação promete ser complexa e difícil. O que parece bem diferente do caso brasileiro, contudo, é a disposição dos governos de alguns desses países de assumir o ônus político de explicitar que tais ajustes são inevitáveis e devem ser urgente e seriamente discutidos e equacionados.

Na semana passada, em sua primeira manifestação pública como novo secretário do Tesouro, Hank Paulson conclamou o Congresso norte-americano a um esforço suprapartidário de reconcepção e reforma do conjunto de benefícios sociais assegurados pelo governo federal à população, tendo em vista a necessidade de repor as contas previdenciárias em trajetória sustentável. A conclamação foi vista como uma quebra importante da frouxidão fiscal que tem marcando o governo de George W. Bush desde o primeiro mandato. Mas não faltou quem, mesmo louvando a preocupação externada por Paulson, lamentasse que tenha surgido tão tarde, quando já não parece crível que um desafio dessa proporção possa ser encarado de forma conseqüente ainda no mandato de Bush, por um congresso profundamente cindido. Mesmo assim, o alerta de Paulson parece ter trazido de volta à agenda política norte-americana o complexo tema da reforma previdenciária.

Notáveis também foram as declarações feitas na Alemanha, no final de julho, por Thomas de Maizière que, como ministro-chefe da chancelaria federal, é uma das figuras mais importantes do governo de Angela Merkel. Nessas declarações, o ministro fez questão de esclarecer que as medidas fiscais que vêm sendo tomadas, para reenquadrar as contas públicas alemãs nos limites impostos pela constituição do país e pelo Tratado de Maastrich, eram apenas o começo de longo esforço de ajuste fiscal. Previu que, independentemente da melhora que possa vir a ser observada nas contas públicas do país, a tarefa de consolidação fiscal na Alemanha terá de continuar a ser considerada prioritária “por todos os governos dos próximos 30 anos”. “Vivemos décadas acima de nossas posses e o preço terá de ser pago por décadas”, preveniu.

É claro que, tanto no caso norte-americano como no alemão, seria ingênuo tomar o tom determinado do discurso como indicador do que poderá vir a ser feito no *front* fiscal. É mais do que sabido que, nessa matéria, a distância entre boas intenções e resultados efetivos costuma ser muito grande. Mas, mesmo tendo isso em conta, não se

pode deixar de ressaltar a disposição dos dois governos de apresentar diagnóstico claro do quadro fiscal do País, sem escamotear evidências e a natureza do ajuste que se faz necessário. Algo bastante diferente do que vem ocorrendo no Brasil às vésperas da eleição presidencial.

O País marcha para a eleição sem dar qualquer atenção a seu problema mais fundamental. Nem mesmo de forma vaga o governo reconhece a necessidade de um ajuste fiscal de longo prazo. Insiste que não vê justificativa para qualquer reforma adicional do sistema previdenciário ou para esforços de redução da inflexibilidade do gasto público. Limita-se a prometer que o superávit primário será mantido em 4,25% do PIB. E, para culminar, anuncia que está acalentando a possibilidade de zerar o déficit nominal do setor público pelo caminho fácil da simples redução da taxa de juros!

A verdade, contudo, é que a cada dia se torna mais importante conter o processo explosivo de expansão de dispêndio primário, que vem tendo lugar na economia brasileira há pelo menos 12 anos, e criar condições que permitam abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo para gastos mais meritórios e recuperação do investimento público. Sem enxergar e discutir o que mais importa, num momento tão crucial para a definição da ação coletiva que poderá ser possível nos próximos quatro anos, é difícil que o País possa explorar como deveria as extraordinárias oportunidades que parece ter pela frente, ao fim de esforço tão penoso e prolongado de estabilização. O pior cego é o que não quer ver.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.